#### **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2013/2015**

 NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:
 PR005138/2013

 DATA DE REGISTRO NO MTE:
 11/11/2013

 NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:
 MR066985/2013

 NÚMERO DO PROCESSO:
 46212.014242/2013-19

**DATA DO PROTOCOLO:** 08/11/2013

Confira a autenticidade no endereço http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/.

# TERMOS ADITIVO(S) VINCULADO(S)

**Processo n**°: 46317000639201436**e Registro n**°: PR003533/2014 SINDICATO DOS EMP EM ESTAB DE SERV DE SAUDE DE CASCAVEL E REGIAO, CNPJ n. 78.105.715/0001-04, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DALVA MARIA SELZLER;

Ε

SMR SOCORRO MEDICO E RESGATE LTDA, CNPJ n. 02.464.053/0001-99, neste ato representado(a) por seu Diretor, Sr(a). GUILHERME FERREIRA DA COSTA;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2013 a 30 de abril de 2015 e a data-base da categoria em 01º de maio.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **Técnico de Enfermagem**, **Resgatista-socorrista**, **Auxiliar de enfermagem**, com abrangência territorial em **Cascavel/PR**, **Céu Azul/PR e Guaraniaçu/PR**.

# Salários, Reajustes e Pagamento

#### **Piso Salarial**

# CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Os pisos salariais, a partir **01.05.2013 à 01.05.2014**, após aplicação do índice de **8,00%** (**oito por cento**) para a cidade de Cascavel e demais cidades descritas e também abrangidas por esta convenção descritas a cláusula 2<sup>a</sup>, ficam assim fixados:

- A) Técnico de Enfermagem, R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais);
- B) Resgatista- Socorrista, Auxiliar de enfermagem, R\$ 840,00 (oitocentos e quarenta reais);

# Reajustes/Correções Salariais

# CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL

A partir de 1º de Maio de 2013 os salários serão corrigidos aplicando-se o percentual de 8,00% (oito por cento) sobre o salário praticado em primeiro de Maio de 2012, e as diferenças salariais serão pagas de forma retroativas a data base 1º de maio de 2013.

**Parágrafo Único**: As diferenças salariais decorrentes do reajuste devido a partir de 1º de maio de 2013, por ocasião do fechamento desta convenção, deverão ser quitadas pelas empresas até o 5º dia útil do mês de Novembro/2013 e a segunda até 5º dia útil do mês de Dezembro/20313.

#### Pagamento de Salário Formas e Prazos

# CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Serão fornecidos obrigatoriamente pela Empresa os comprovantes de pagamento mensal, com sua identificação e com discriminação dos proventos e descontos, incluindo-se os valores recolhidos ao FGTS.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

# CLÁUSULA SEXTA - SALARIO SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição, que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao salário do substituído (Enunciado 159 do TST).

#### CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

A empresa disporá do prazo legal, a partir do efetivo desligamento do empregado, para efetuar o respectivo pagamento das verbas rescisórias.

Na hipótese de não ser efetivado o respectivo pagamento, por ausência do empregado, o empregador comunicará por escrito a entidade sindical obreira que terá 5 (cinco) dias para sua manifestação. Persistindo a ausência, ficará o empregador dispensado de qualquer sanção.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

# CLÁUSULA OITAVA - ANTECIPAÇÃO DO 13º. SALÁRIO

A empresa fica obrigada a antecipar o mínimo de 50% (cinqüenta por cento) do 13º. salário ao empregado, até trinta de novembro.

#### Adicional de Hora-Extra

#### CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE HORAS EXTRAS

O adicional de horas extraordinárias, prestadas além da 44ª hora semanal será de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal, considerando-se o divisor 220 (duzentos e vinte).

#### **Adicional Noturno**

#### CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO

O empregado que prestar serviço no período compreendido entre às 22:00 horas e 05:00 horas terão tais horas remuneradas com adicional de 20% (vinte por cento), sobre a hora diurna de acordo com a lei.

#### Adicional de Insalubridade

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Independente de perícia médica o adicional de insalubridade será pago na forma da Portaria 3.214/78 - NR 15 - Anexo 14, com percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor de R\$725,00 (setecentos e vinte e cinco reais);

**Paragrafo Único:** Quanto a base de cálculo do adicional de insalubridade fica estipulado, que em caso de alteração legal quanto a base de cálculo esta obedecerá aos critérios em lei.

#### Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Será concedido a todos empregado um auxílio alimentação mensal no valor mínimo de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais),retroativos a data base 1º de maio de 2013. Tal auxílio alimentação poderá receber as denominações de vale alimentação, vale refeição, cesta básica ou auxilio alimentação e deverá ser concedido em vale/tickets. Tal beneficio jamais poderá ser considerado como salário in natura e não integrará salário em hipótese alguma, conforme o Programa de Alimentação do Trabalhador.

#### **Aposentadoria**

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ABONO APOSENTADORIA

Todo empregado que contar com mais de 5 (cinco) anos de serviço na mesma empresa e que nela vier a se aposentar, fará jus ao recebimento de um prêmio correspondente ao valor de sua última remuneração.

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

# CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONTRATO EXPERIENCIA

Fica convencionado que o empregador, por ocasião da celebração do contrato de experiência entregará obrigatoriamente, cópia do referido contrato ao empregado, observando-se as condições e espécie.

Somente será utilizado o contrato de experiência pelo prazo de 30 (trinta) dias podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias.

#### Aviso Prévio

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO

O aviso prévio será sempre comunicado por escrito e contra-recibo, esclarecendo-se, se será cumprido ou indenizado. Durante o prazo de aviso prévio dado, por qualquer das partes ficam vedadas quaisquer alterações nas condições de trabalho.

Tempo de Serviço	Dias de Aviso
0	30
1	33
2	36
3	39
4	42
5	45
6	48
7	51
8	54
9	57
10	60
11	63
12	66
13	69
14	72
15	75
16	78
17	81
18	84
19	87
20	90

Mão-de-Obra Temporária/Terceirização

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - LOCADORA DE MÃO-DE-OBRA

Poderão ser contratados serviços terceirizados de acordo com a legislação vigente.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

# CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - JUSTA CAUSA

Os empregados demitidos sob a alegação de justa causa, devem receber da empresa comunicação por escrito com a declaração do motivo determinante da demissão.

# Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Outras estabilidades

# CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA

Por esta cláusula fica garantida a estabilidade provisória nas seguintes situações:

- A) GESTANTE: Fica assegurada a garantia no emprego a empregada gestante na forma das disposições constitucionais, garantida em qualquer hipótese o período de 60 (sessenta) dias após o término da licença previdenciária.
- **B) ACIDENTADO:** Garantia de emprego nos termos da legislação providenciaria, ou seja, por 12 (doze) meses a partir do término da respectiva licença.
- C) APOSENTADORIA: Aos empregados que comprovarem estar em um prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses da aquisição do direito à aposentadoria integral e especial, excetuandose a aposentadoria proporcional, e que estiverem trabalhando na mesma empresa por um período ininterrupto de 36 (trinta e seis) meses, ficarão assegurados o emprego e o salário, à exceção da ocorrência de justa causa, na forma da lei, devidamente comprovada.

**Parágrafo Primeiro** Aos empregados que já se encontravam estáveis, em conformidade com a antiga redação da cláusula da convenção 2008-2009, fica garantido o direito anteriormente assegurado.

**Parágrafo Segundo** A condição de estabilidade será comprovada pelo empregado através de documento oficial expedido pelo INSS, com o aval e a anuência expressa do Sindicato Obreiro.

Jornada de Trabalho Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

# CLÁUSULA DÉCIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO

Fica autorizado a adoção do sistema 12x36 nos moldes da súmula 444 do C. TST, sendo de descanso que domingos laborados neste sistemas encontram-se devidamente compensados com a folga nas trinta e seis horas seguintes.

**Intervalos para Descanso** 

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA - INSTERVALOS INTRA-JORNADA

Em função da peculiaridade do serviço de emergências médicas, os intervalos de descanso planejado, constante nos artigos 66 e 71 da CLT, serão respeitados e adequados à

especificidade do serviço previamente estabelecidos, sendo considerado o tempo de descanso no alojamento com fruição dos respectivos intervalos.

#### **Faltas**

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTAS

O empregador considerará como faltas justificadas ao serviço para todos os efeitos legais, as que ocorrem pelos motivos abaixo:

- A) DO ESTUDANTE: por motivo de exames de cursos de primeiro e segundo graus, em vestibulares se os mesmos coincidirem com o horário de trabalho desde que a Empresa seja avisada com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, e comprovado no prazo de 10 (dez) dia após a sua efetivação.
- **B) TRATAMENTO DE SAÚDE**: Nos casos de tratamento saúde ou dentário, as faltas serão abonadas mediante a apresentação de atestados médicos com probatório devidamente assinado por médico ou cirurgião dentista responsáveis pelo tratamento respectivo. (ver ordem serviço interno da empresa).

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - FALTAS JUSTIFICADAS

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário nos seguintes casos, mediante devida comprovação:

- A) CASAMENTO: Até 5 (cinco) dias consecutivos;
- B) NASCIMENTOS DE FILHOS: Ao pai até 5 (cinco) dias consecutivos;
- C) POR MORTE: Até 3 (três) dias consecutivos em caso de falecimento do cônjuge, pai, mãe, irmãos, ou de pessoas que declare em sua carteira de trabalho como beneficiário.

#### Outras disposições sobre jornada

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - BANCO DE HORAS.

A empresa poderá criar o banco de horas dentro dos limites da lei, desde que com a anuência do Sindicato de Trabalhadores.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Somente podem utilizar-se do instituto do banco de horas as empresas que estiverem em dia com suas obrigações frente ao sindicato profissional do trabalhador.

#### Férias e Licenças

#### Duração e Concessão de Férias

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FÉRIAS AMPLIADAS

Aos empregados que contarem com mais de 10 (dez) anos de serviços na mesma empresa (contados desde março de 1979) será assegurado o gozo de férias ampliadas para 45 (quarenta e cinco) dias no primeiro ano imediatamente após o implemento da condição. Uma vez adquirido este direito, após cada cinco anos de trabalho, as férias voltarão a ser ampliadas para 45 (quarenta e cinco) dias, no primeiro ano imediatamente.

#### Outras disposições sobre férias e licenças

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS

Serão concedidas férias proporcionais para os empregados com menos de um ano de trabalho e que venham a rescindir seus contratos por vontade própria.

#### Saúde e Segurança do Trabalhador

#### Uniforme

# CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

O empregador deverá fornecer sempre que necessario ao empregado, gratuitamente, uniformes, incluindo calcados, e demais equipamentos de segurança do trabalhador. (EPIs).

#### Relações Sindicais

#### Acesso a Informações da Empresa

# CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ENVIO DE DOCUMENTOS

O empregador enviará mensalmente ao SINDICATO OBREIRO cópias do comunicado previsto no parágrafo único do artigo 1º. da Lei 4.923/65. Por ocasião do desconto da contribuição sindical, o empregador juntamente com as guias de recolhimento enviará ao Sindicato Obreiro relação de todos os dados previstos na Portaria nº. 3.233/83.

#### Contribuições Sindicais

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - MENSALIDADE SINDICAL

O empregador, mediante a devida autorização do empregado, feita individualmente, fica obrigado a descontar 2% (dois por cento) de seu salário as mensalidades sindicais e outros descontos, avençados, recolhendo-se os valores descontados junto a conta Bancária nº. 002040-8, da Caixa Econômica Federal Agência 1445 Cascavel - Pr., no prazo de 5 (cinco) dias após o desconto enviando a respectiva relação ao sindicato obreiro.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - TAXA NEGOCIAL

A empresa repassará pelo presente acordo coletivo, a título de Taxa Negocial a importância correspondente a 8% (oito por cento), **a serem pagas em duas parcelas** de 4% (quatro por cento) cada, em **10/11/2013** e **10/12/2013**, descontos estes que deverão ser feitos em folha de pagamento e incidentes sobre o salário percebido pelo empregado.

As empresas a título de reversão salarial até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao do desconto, ficam obrigados a repassar ao sindicato obreiro, mediante depósito junto a conta bancária sob nº 0002040-8, mantida pelo Sindicato Obreiro junto a Caixa Econômica Federal, Agencia 1445 Cascavel/Pr., enviando no mesmo prazo a relação contendo nome dos empregados que sofreram os descontos, e os valores dos descontos correspondentes aos salários.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Fica assegurado o direito de oposição do desconto das contribuições ao empregado não associado devendo ele manifestar-se individualmente e por escrito até 10 (dez) dias antes ao primeiro pagamento ajustado, a manifestação somente terá validade se feita pessoalmente na sede do sindicato Profissional.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONFEDERATIVA

Nos termos da Constituição Federal (art. 8º.), a Assembléia do Sindicato Obreiro definiu pelo desconto de 1% (um por cento) ao mês pelo empregador em folha de pagamento do salário base do empregado para todos os trabalhadores da área de Saúde, nos termos do artigo 513, alínea e da Consolidação das Leis de Trabalho, e segundo entendimento manifestado pelo Supremo Tribunal Federal, independente de notificação pelo Sindicato obreiro, ficando as empresas responsáveis pelos descontos e pagamentos dos mesmos, mediante a apresentação de guia específica o qual deverá ser feito junto à Caixa Econômica Federal, Agência 1445 Cascavel - Pr, conta nº. 002040-8 até o dia 10 (dez) do mês subseqüente.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica assegurado o direito de oposição ao desconto das contribuições ao empregado não associado devendo ele manifestar-se individualmente e por escrito até 10

(dez) dias antes ao primeiro pagamento ajustado, a manifestação somente terá validade se feita pessoalmente na sede do sindicato Profissional.

#### Disposições Gerais

# Regras para a Negociação

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ACORDO COLETIVO

É obrigatória a participação do Sindicato Obreiro na Convenção ou nos Acordos Coletivos de Trabalho.

#### Aplicação do Instrumento Coletivo

# CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - FORO.

O Foro competente para apreciar qualquer demanda trabalhista oriunda da presente Convenção será a Junta de Conciliação e Julgamento ou Juiz de Direito da localidade onde o empregado presta serviços.

Assim, por estarem justos e acordados, assinam a presente Convenção Coletiva de Trabalho em duas vias de igual teor e forma, devendo o Sindicato Obreiro efetuar o depósito de uma das vias no órgão competente, nos termos da Lei.

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

# CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - PENALIDADES.

Pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas acordadas e em obediência ao disposto no artigo 613, VIII, da CLT, o causador fica sujeito à multa no valor do menor salário pago a categoria profissional conveniente, por empregado, que reverterá em favor da parte prejudicada, por violação verificada.

# Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/05/2013 a 30/04/2015

O presente instrumento terá vigência de 24 MESES, constados a partir de 01/05/2013 até 30/04/2015, com exceção das cláusulas 03,04,11 e12, que terão vigência até 30/042013.

# DALVA MARIA SELZLER Presidente SINDICATO DOS EMP EM ESTAB DE SERV DE SAUDE DE CASCAVEL E REGIAO

GUILHERME FERREIRA DA COSTA Diretor SMR SOCORRO MEDICO E RESGATE LTDA